

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.719 - SP (2019/0149474-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA**  
**ADVOGADOS : RONALDO MOREIRA DO NASCIMENTO - SP084169**  
**IRANUZA MARIA SILVA STEFANINI - SP191108**  
**AGRAVADO : CÉLIA MARIA SACHETO**  
**ADVOGADO : GILSON BARBOSA DA SILVA - DEFENSOR DATIVO -**  
**SP262648**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado pelo MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PROCESSO CIVIL. NULIDADE DE SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO ILÍCITO. CULPA DO CONDUTOR DO ÔNIBUS DE PROPRIEDADE DA AUTORA EVIDENCIADA NOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA. A autora-apelante entende nula a r. sentença por não ter sido realizada a oitiva das testemunhas arroladas. Contudo, verifica-se do rol de testemunhas encartado à inicial que as pessoas ali indicadas já deram sua versão dos fatos por escrito, seja no Boletim de Ocorrência Policial bem como em sede de sindicância promovida pela própria autora, emanando de tais provas além de outras que constam dos autos, elementos suficientes para o deslinde da controvérsia. Era obrigação do condutor do veículo de propriedade da autora aguardar o momento oportuno para efetuar a manobra de conversão à direita sem perigo para os demais veículos que igualmente trafegavam pela mesma via, o que não se verificou. Assim, descabido exigir reparação por danos materiais do réu, como ser pretendido, de forma que mantida a improcedência. Recurso desprovido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 369 do CPC, no que concerne à caracterização de cerceamento de defesa por ausência de oitiva de testemunhas, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O Município apelou alegando a nulidade da sentença em razão do cerceamento de defesa havido e a afronta ao disposto nos artigos 5º, LV da Constituição Federal, bem como artigos 369 do Código de Processo Civil (fl. 253).

Ao julgar o recurso de apelação a 35ª Câmara de Direito Privado do

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo afastou o cerceamento de defesa alegado pelo Município sob o fundamento de que: "Assim, formado o convencimento do juiz, frise-se, é dever dele e não mera faculdade, proceder ao julgamento do feito, daí porque não se há de cogitar de cerceamento de defesa para o recorrente. Nesse diapasão, rejeito a arguição de nulidade da sentença por cerceamento de defesa". Tais entendimentos não podem prosperar. Houve efetivo cerceamento de defesa do direito do Município e afronta aos Preceitos constitucionais e legais (fl. 253).

Neste caso específico, como demonstrado acima, a decisão recorrida contrariou o disposto no art. 369 do NCPC e artigo 5º, LV da Constituição Federal, sendo cabível, portanto, o presente recurso especial (fl. 256).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 5º, LV, da CF/88, no que concerne à violação do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação à norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: "Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que

para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt no EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

**Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente